

Distribuição restrita aos

Classificação :

Gabinetes e Secretário-Geral

Distribuição :

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria-Geral

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO

Publicação Formal Periodicidade \_\_\_\_\_Dia 30.11.76 Pág.(s) \_\_\_\_\_ Tendência política \_\_\_\_\_

## Maria de Lurdes Pintassilgo

# “A declaração da UNESCO não nos satisfaz inteiramente”

Formal  
30.11  
17.2

«A declaração não nos satisfaz inteiramente. É um texto muito moralista e limitado, dirige-se sobretudo ao incitamento dos órgãos de informação e dos agentes da comunicação social para que contribuam para a paz e para a compreensão internacional, no sentido de não fazerem propaganda belicista ou racista ou do «apartheid», mas não insiste suficientemente sobre problemática muito mais complexa» — afirmou Maria de Lurdes Pintassilgo, embaixador português junto da UNESCO e chefe da delegação portuguesa à XX Conferência Mundial daquela organização, aos microfones da Rádio France Inter.

«Esta declaração, apesar de todos os seus defeitos, corresponde, porém, a uma aspiração muito grande, sobretudo dos países mais pobres e, além disso, traduz um esforço inegável do secretariado que, desde há seis anos, vem tentando, por várias formas, dar corpo a um conjunto de princípios como este. Julgamos que a podemos apoiar de uma forma mitigada, tanto mais que esta declaração, afinal, tem um valor jurídico muito relativo. Há muitas outras declarações no contexto da UNESCO, há recomendações que correspondem a uma etapa muito mais avançada, há convenções que ainda nem sequer ratificamos, que não passaram sequer para o nosso direito interno».

Portugal foi um dos 144 países (apenas dois: a China e a Suíça mostraram discordância de fundo) que aplaudiram o texto sobre informação aprovado pela Assembleia Geral da UNESCO, resultante de um compromisso obtido à última hora, depois de se ter encarado mesmo a possibilidade de adiar qualquer resolução. As dificuldades resultaram, acima de tudo, das diversas concepções existentes nos países capitalistas e socialistas acerca do papel da Informação e da tarefa que o Estado deve desempenhar.

### Descolonização da Informação

Por outro lado, um outro ponto que se tornou «pedra-de-toque» da assembleia foi a necessidade de reequilibrar a Informação, onde as agências noticiosas do Ocidente têm um peso considerável, até porque as tentativas para formar uma «pool» de agências do Terceiro Mundo não têm sido bem sucedidas. Aliás, este assunto já fora tema da anterior Conferência da UNESCO, em Nairobi, e no simposium sobre «Descolonização da Informa-

ção».

A esse propósito, diz Maria de Lurdes Pintassilgo:

O desequilíbrio da Informação tem de ser corrigido por uma nova ordem da informação internacional, mas para proceder a essa correcção não basta uma redistribuição de bens e não se pode considerar que o problema seja específico dos países do Terceiro Mundo. Os órgãos de comunicação social existentes hoje em qualquer parte do mundo criam imagens, estereótipos, gostos, modelos de sociedade, que influem no interior de todas as sociedades, sejam elas quais forem».

O texto final da declaração sobre os meios de comunicação social prevê que o estabelecimento de um novo equilíbrio e de uma melhor reciprocidade na circulação da informação, condição favorável ao fortalecimento de uma paz justa e duradoura e da independência económica e política dos países em desenvolvimento exige a correcção das desigualdades na circulação da informação com destino ou procedência dos países em via de desenvolvimento, assim como entre esses países».

Os artigos mais controversos da Declaração, pelo seu teor, foram os quinto e o 11.º. Prevê o artigo quinto que «para que seja respeitada a liberdade de opinião, expressão e informação, a fim de que esta reflita todos os pontos de vista, é importante que sejam publicados os pontos de vista dos que considerem que a informação, publicada ou difundida a seu respeito, tenha causado prejuízo à acção que desenvolvem em defesa do reforço da paz e a compreensão internacional e na luta contra o racismo e o «apartheid», contra a apologia da guerra e todas as violações dos Direitos do Homem».

O 11.º prevê nomeadamente que «no que diz respeito a disposições constitucionais tendentes a garantir a liberdade de informação, e a instrumentos e acordos internacionais aplicáveis, é indispensável criar e manter em todo o mundo as condições que permitam aos órgãos e às pessoas que se consagram profissionalmente à difusão da informação, levar à prática os objectivos da presente declaração».

Da delegação oficial portuguesa, chefiada por Maria de Lurdes Pintassilgo, fizeram parte, entre outros, Castro Ribeiro, em representação do Sindicato dos Jornalistas, José Manuel Barroso, da ANOP, e João Palmeiro, da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Fundação Cuidar o Futuro